

AS (IM)PERTINÊNCIAS DA NOÇÃO DE UMA AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA

Davi Silva da Costa¹ , Eliane Silva de Queiroz²,
Rosimere Silva Santos Lima³

RESUMO: No presente artigo, discutimos sobre as (im)pertinências da noção de uma agricultura de subsistência, na perspectiva de uma visão que extrapola a ideia de autoconsumo como sendo o pilar do pequeno agricultor, considerando a ideia de livelihood que remete à sobrevivência, ao invés de subsistência, que está ligada à noção de “sub-existir”. Para isso, abrimos um diálogo com alguns(as) autores(as) que versam sobre o tema, que tecem considerações a respeito da agricultura familiar camponesa e suas questões. Este debate se insere nos apontamentos em que a resistência como propulsora de ações que fortalecem o papel da agricultura familiar camponesa e sua atuação frente à crise que o setor agrícola vem passando, no sentido da qualidade (aqui entram os debates da segurança alimentar, agroecologia e circuitos curtos de comercialização) e da quantidade (no sentido da expansão de áreas agricultáveis, produção de commodities, fome e desnutrição, para citar alguns exemplos). Além disso, a agricultura camponesa se destaca ao utilizar-se do capital ecológico e do sistema de coprodução, agregando valor aos recursos naturais disponíveis, contrariando o pensamento da agricultura empresarial e de produção capitalista, que transforma tudo em mercadoria visando o lucro, sem considerar as consequências negativas que isso venha a causar à natureza.

Palavras-chave: Agricultura familiar camponesa, Autoconsumo, Capital ecológico, Resistência.

1- Graduado em Agronomia (UFBA), Mestre em Cultura e Sociedade (UFBA), Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ); Professor do Instituto Federal Baiano *Campus* Catu. E-mail: abuh.davi@gmail.com. 2- Graduada em Geografia (UNEB), Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT – IF Baiano), Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal Baiano *Campus* Serrinha. E-mail: eliane.queiroz@ifbaiano.edu.br. 3- Graduada em Pedagogia (UNEB), Mestre em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT – IF Baiano), Pedagoga Instituto Federal Baiano *Campus* Valença. E-mail: rosimere.lima@ifbaiano.edu.br

The (im)pertinences of the notion of a subsistence agriculture

ABSTRACT

In this article we discuss the (im)pertinence of the notion of subsistence agriculture, from the perspective of a vision that goes beyond the idea of self-consumption as the pillar of the small farmer, considering the idea of livelihood that refers to survival, rather than subsistence, which is linked to the notion of “sub-existing”. For this, we opened a dialogue with some authors that deal with the subject, who weave considerations about peasant family agriculture and its issues, pointing out resistance as a propeller of actions that strengthen its role and its performance in the face of the crisis that the agricultural sector has been changing in terms of quality (this is where the debates on food security, agroecology and short marketing circuits come in) and quantity (in the sense of the expansion of arable areas, production of commodities, hunger and malnutrition, to name a few examples). In addition, peasant agriculture stands out by using ecological capital and the co-production system, adding value to available natural resources, contrary to the thinking of business agriculture and capitalist production, which transforms everything into a commodity for profit, without considering the negative consequences that this may cause to nature.

Keywords

Peasant family farming, Self-consumption, Ecological capital, Resistance.

Para início da conversa

Este artigo tem o objetivo de refletir e provocar sobre as (im)pertinências do uso do termo “agricultura de subsistência”, usualmente atrelado como sendo uma oposição à agricultura empresarial e capitalista¹ e à reificação de uma agricultura familiar camponesa que vive de uma produção entendida como simplista. Vamos começar observando e problematizando a seguinte citação, que traduz uma visão hegemônica:

A agricultura de subsistência é aquela que tem como principal objetivo a produção agrícola voltada para o abastecimento alimentício do agricultor e da sua família. Consistem em todas as atividades e processos de transformação promovidos pelo homem no meio ambiente que a humanidade tanto precisa, por meio do cultivo das plantas (OLIVEIRA, 2006, p. 8).

Do ponto de vista semântico, há um grande problema em atrelar a produção de alimentos para o autoconsumo a uma ideia de subsistência, e, no caso da agricultura familiar camponesa, que é para onde o uso do termo se direciona, esta produção de alimentos geralmente se estende para a vizinhança e chega nas feiras livres quando arrecadados os excedentes possíveis de comercializar, o que ocorre quando se torna possível produzir para além das necessidades de consumo familiar/local. Notadamente, é uma produção que tem como primazia o abastecimento familiar. Somada a esta questão, a ideia de ‘sub-existir’ se relaciona diretamente com a ideia ainda hegemônica de precariedade e atraso do rural e até do fim do rural, que sucumbiria ante a urbanização, tida como um processo natural e inevitável (CARNEIRO, 2008). Compreendemos ainda que a ideia de sub-existir serve como um condicionante para que os povos do campo aceitem as condições sociais a eles(as) impostas sem questioná-las, pois a eles(as) cabe apenas “sub-existir”.

Para além do que foi citado, o uso do termo subsistência reforça a não valorização de práticas e saberes tradicionais, que possuem técnicas amparadas em uma agricultura ancestral, e, sobremaneira, de uma produção da existência, que não se orienta à manutenção da precariedade. Ela é notadamente cultural. Este é mais um aspecto que denota o quão impertinente é considerar a agricultura familiar camponesa como agricultura de subsistência, visto que, não só coloca os(as) agricultores(as) às margens dos direitos que lhes são inerentes, como, também, nega-lhes o reconhecimento dos saberes da experiência construídos socialmente e em sua temporalidade própria, tão importante para o fortalecimento dos povos tradicionais, ou seja, essa terminologia parece reificar esse grupo social num tempo histórico específico, legando-os o implícito da simplicidade como atraso. Percebamos que,

hoje, ainda que de forma residual, é possível observarmos populações que dependem essencialmente da coleta dos produtos da floresta tal como acontecia há cerca de doze mil anos no Paleolítico, povos que vivem de sistemas que, com algumas variâncias, denominamos por “agricultura de subsistência” e que, em tudo, são idênticos aos sistemas iniciais de agricultura mais ou menos sedentária e povos que apresentam tipos de agricultura marcados pela revolução industrial e que, pela sua rápida e contínua evolução, levaram a agricultura para um patamar de “atividade

económica” e por isso terá aparecido a denominação de “agricultura empresarial (CORREIA, 2013, p. 3)

Observando a citação acima destacada, problematizamos, que, semanticamente e corriqueiramente, alguns contextos do uso do termo traduzem um rural estigmatizado (e, por conseguinte, também os/as agricultores/as). Ainda conseguimos perceber outra questão, não menos importante, que é a não integração dos(as) agricultores(as) com a natureza (animais, recursos de extrativismo, água, terra), isto é, delegando-os(as) o papel de domesticadores(as) de plantas. Ainda podemos problematizar a partir da ideia que:

Os sistemas de subsistência, como o nome indica, são sistemas que visam fundamentalmente a sobrevivência do agregado familiar o que os torna muito mais resistentes a qualquer mudança. Assim, quando o sistema se torna improdutivo pode mesmo conduzir ao seu desaparecimento. Naturalmente que os condicionalismos que podem levar ao desaparecimento do sistema poderão ter razões que não se prendem apenas com as questões técnicas como por exemplo os conflitos armados. Pelo seu lado, a agricultura comercial é, no essencial, uma actividade económica que faz da venda da produção a sua prioridade (CORREIA, 2013, p. 7.)

É um equívoco afirmar que o(a) agricultor(a) familiar, na sua prática diária, não estabelece uma relação com a natureza. Isto é o oposto do que é citado por Wanderley (2000, p. 87), que afirma que “há uma relação específica dos habitantes do campo com a natureza, com a qual o homem lida diretamente, sobretudo por meio do seu trabalho [...]”.

A simplificação do(a) agricultor(a), considerado como alguém que se relaciona simbólica e objetivamente com a natureza, sem interagir com ela e que se dedica ao cultivo de plantas e criação de animais, sem considerar as demais áreas que compõem as atividades da agricultura familiar, orienta-nos a uma compreensão simplista da sua relação com os vegetais/animais, negligenciando um entendimento mais complexo do que seja a agricultura para o autoconsumo, que compreenda estes processos de interação e intenção com a natureza como um modo de vida, ou seja, esse modo de vida produz a existência e não uma sub-existência. Mais à frente traremos alguns elementos que comprovam esta complexidade, onde será possível relacionar aspectos produtivos com o extrativismo, a relação cotidiana com a água, com o solo, com o vento, com os símbolos, imaginários e (re)apropriações do espaço.

Neste sentido, sobretudo atrelado ao termo ‘subsistência’, concordamos com Grisa e Schneider (2008), que afirmam que características elementares da chamada “pequena agricultura” ou da agricultura familiar camponesa² “foram sendo substituídos por novas práticas e meios de produção” (p. 483). Para os autores, essa substituição:

BOX 1

1- A agricultura é vista como um mero campo de aplicação do capital, à semelhança de qualquer outro possível de investimento (WANDERLEY, 2000).
2- Sobre o termo agricultura familiar e suas dissensões, recomendamos a leitura do texto Agricultura Camponesa e Práticas (Agro)ecológicas. Abordagem Territorial Histórico-Crítica, Relacional e Pluridimensional, de Marcos Auréio Saquet, disponível em <https://www.scielo.br/pdf/mercator/v13n2/1676-8329-mercator-13-02-0125.pdf>.

aconteceu com a enxada, a tração animal, a carroça, a colheita manual, entre outros, que são agora utilizados com pouca intensidade e encontrados esporadicamente. Seguindo esta tendência, chegou-se a presumir que outras características da agricultura e do meio rural também seriam alteradas, como a produção para o autoconsumo. Acreditando na inexorabilidade deste processo, muitos estudiosos passaram a considerar a produção para o autoconsumo como algo sem futuro, que se tornaria residual e perderia sua importância à medida que a modernização da agricultura se consolidasse. Não sem motivo, este tema foi relegado a plano secundário, quase ignorado pelos estudiosos, o que reflete pouco conhecimento existente atualmente (p. 483).

No entanto, continuam os autores, que “o autoconsumo permanece uma estratégia recorrente entre os(as) agricultores familiares e reveste-se de fundamental importância para a reprodução social destas unidades” (p. 483). Então, compreender as consequências de uso de uma terminologia (subsistência) ou outra (autoconsumo), assimila, inexoravelmente, uma compreensão dos sentidos das práticas agrícolas e, mais que isso, da pertinência de compreender culturalmente, sociologicamente e historicamente a agricultura familiar camponesa. Desta forma, a superação da ideia de uma “teimosia” e de uma “infinita capacidade de se submeter a condições de trabalho e produção pouco aceitáveis”, termos de Grisa e Schneider (2008), no que diz respeito às sociabilidades e do repertório de práticas da agricultura familiar camponesa, são iminentes.

Por ora, a suplantação deste olhar não pode reverberar para glorificar a modernização destas práticas, que tiveram efeitos já conhecidos (vide as consequências da chamada Revolução Verde), como percebemos:

(...) o setor agropecuário sempre era tido como um segmento da economia mais atrasado em relação à utilização de novas tecnologias e das técnicas administrativas. Contudo, a partir da década de 1970, mudanças profundas ocorreram na agricultura brasileira (FLORES, RIES E ANTUNES, 2006).

Frente a esta ideia de modernização da agricultura brasileira, citadas, cabe a nós questionarmos, se de fato, ela inclui de forma integral os saberes, as histórias e práticas de cultivo/criação, os desejos e anseios de agricultores(as) familiares camponeses(as), ou se, em nome da busca do desenvolvimento capitalista, amplia a disparidade entre elas. Inclui-se ainda, neste orbe, pensarmos se estamos produzindo alimentos de qualidade e valorizando as populações que produzem alimento em menor escala (por falta de terras, de valorização de práticas associativas, de ausência do Estado, etc). Acreditamos que a agroecologia intuitivamente e politicamente propõe a reflexão e a ação contra-hegemônica diante das expropriações oriundas do chamado “desenvolvimento tecnológico” que, em muito, desalicerça a importância social do campo. Com base nisso, é importante trazer para o debate a ideia de *livelihood* e de subsistência à brasileira, como forma de se contrapor ao sentido interpretativo do texto no contexto brasileiro.

A ideia de *livelihood* e de subsistência à brasileira

Em inglês o termo subsistência tem seu representante: *livelihood*. Ao observar algumas produções no idioma, como “*Guidance note on recovery: livelihood*” compreendemos que a atribuição do termo é a ideia de sobrevivência. Esta obra afirma que:

The hidden complexity behind the term comes to light when governments, civil society, and external organizations attempt to assist people whose means of making a living is threatened, damaged, or destroyed. From extensive learning and practice, various definitions have emerged that attempt to represent the complex nature of a livelihood³ (GUIDANCE..., ?, p. 1).

Neste trecho, a sinalização da ideia de “ganho de vida” ou “meio de vida” orienta à interpretação que esta categoria possui aderência com a ideia de sustento (e inclusive de resistência) e não de abaixo da existência. Qual então a dissensão desta ideia com a “subsistência” à brasileira? Primeiro, há uma quase hegemonia do uso do termo ao rural e àqueles(as) que estão na agricultura familiar; segundo, por aqui, a ideia de subsistência está arraigada do sentido de precariedade e subalternização; e, terceiro, ela esmaece as dimensões das questões de classe e do mundo do trabalho.

BOX 2

3- “A complexidade oculta por trás do termo vem à tona quando os governos, a sociedade civil e as organizações externas tentam ajudar as pessoas cujos meios de ganhar a vida é ameaçado, danificado ou destruído. De amplo aprendizado e prática, várias definições surgiram que tentam representar o complexo natureza de um meio de vida”.

Mas por qual motivo trazemos o termo “*livelihood*” para este texto? Ora, pensamos que para entendermos as possibilidades de resignificação do termo, que vamos atrelar logo mais à ideia de (im)possibilidade, precisamos entender como outras atribuições são pensadas e/ou utilizadas. Nos textos estadunidenses, a atribuição dos meios de “subsistência” parte da aceção de que estes são formados em contextos sociais, econômicos e políticos. As instituições, processos e políticas, como mercados, normas sociais e políticas de propriedade da terra afetam a capacidade de acessar e usar recursos para um resultado favorável.

Como esses contextos mudam, criam novos obstáculos ou oportunidades de *livelihood*, logo, como as pessoas acessam e utilizam esses bens, dentro do referido contexto social, contextos econômicos, políticos e ambientais, formam uma estratégia de *livelihood*. Sob esta perspectiva, o alcance e a diversidade de estratégias de sobrevivência são maiores, isto é, percebe-se *passim* que um indivíduo pode assumir várias atividades para atender às suas necessidades e um ou mais indivíduos podem se envolver em atividades que contribuem para uma estratégia de *livelihood* coletiva. Dentro das famílias, indivíduos muitas vezes assumem responsabilidades diferentes para permitir o sustento e o crescimento da família e em algumas culturas, como a brasileira, esse agrupamento pode se expandir para uma pequena comunidade, na qual os indivíduos trabalham juntos para atender às necessidades de todo o grupo, como nas organizações associativas ou cooperativas.

Neste sentido, a ideia de subsistência sob o termo *livelihood*, reforça o viés dos meios de subsistência visto sob o ângulo de sua interdependência. Poucos meios de subsistência existem isoladamente. Um determinado meio de vida pode depender de outros meios de subsistência para acessar e trocar ativos. Os comerciantes contam com os(as) agricultores para produzir bens, os processadores para prepará-los e os(as) consumidores(as) para comprá-los. Os meios de subsistência também competem entre si para o acesso a ativos e mercados. Assim, impactos positivos e negativos em qualquer dado modo de vida, por sua vez, impactará outros. Isso é, particularmente, importante consideração ao planejar a assistência aos meios de subsistência.

A força de um determinado meio de vida não é medida apenas por seus resultados produtivos, mas igualmente por sua resiliência a choques, mudanças sazonais e tendências. Choques podem incluir desastres naturais, guerras e crises econômicas. Disponibilidade de recursos, oportunidades de geração de renda e a demanda por determinados produtos e serviços podem flutuar sazonalmente. Mais graduais e frequentemente previsíveis, tendências na política e governança, uso de tecnologia, economia e disponibilidade de recursos naturais, pode representar sérios obstáculos ao futuro de muitos meios de sobrevivência.

Essas mudanças afetam a disponibilidade de ativos e as oportunidades de transformá-los em um “meio de vida”. Sob tais condições, as pessoas devem adequar as estratégias existentes ou desenvolver novas estratégias para sobreviver, enfrentando e resistindo aos efeitos das hostilidades do capitalismo, tratado por Jan Douwe van der Ploeg com o termo *recampanização* na sua obra “Camponeses e uso dos Impérios Alimentares”, de 2008, sobre outros anteparos de proposição, no entanto, coincidindo com a ideia de resistência.

Propomos a reflexão sobre o uso do termo agricultura familiar camponesa em substituição (ou não) do termo subsistência, o que reforçaria uma compreensão da realidade sob uma complexidade que se apresenta associada, mas não unicamente dependente ou relacionada, do/ao agrícola. Ao nos alimentarmos de uma produção acadêmica que reflete sobre esta perspectiva, como o rico material organizado por Paulo Petersen de título *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*, podemos refletir e até atribuir senso crítico ao amálgama da “subsistência”.

Nesta obra, gostaríamos de problematizar rapidamente a respeito do texto *Sete teses sobre a agricultura camponesa*, escrita como capítulo pelo Ploeg (2009), que pensamos que pode colaborar para a superação de uma ideia de agricultura de “subsistência” à brasileira.

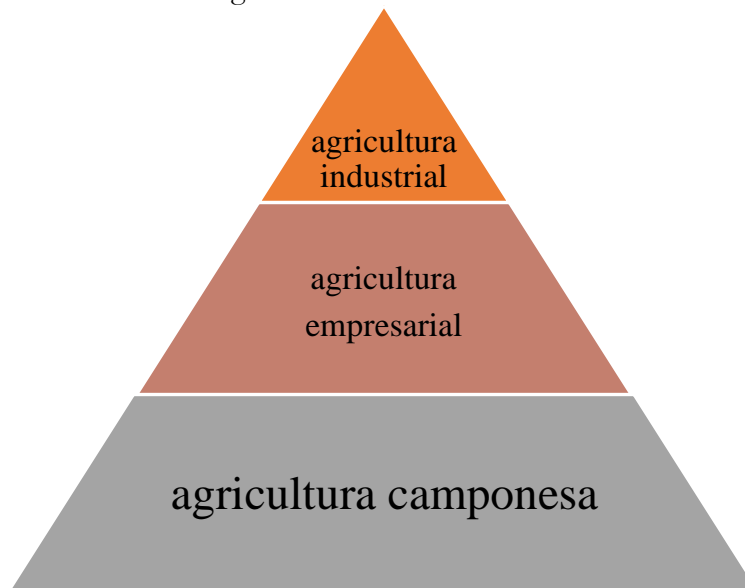
Agricultura familiar camponesa: uma alternativa à agricultura de subsistência

Para esta discussão vamos recorrer ao pensamento de Ploeg (2009). A partir dele veremos que o sistema agrícola mundial está dividido em: 1) produção capitalista, 2) agricultura empresarial e 3) agricultura

camponesa. Em relação aos modelos um e dois, cabe dizer que são voltados para atender interesses hegemônicos, não tendo compromisso com os aspectos sociais e ambientais, pois para eles o que importa são os aspectos econômicos. Já na agricultura camponesa, o interesse é outro, o autoconsumo e a sustentabilidade, preservando os recursos naturais.

Por conta disso, a primeira tese defendida por Ploeg (2009) é que a agricultura camponesa é altamente relevante. A sua importância está no fato de que ela prevalece nos aspectos de produção de alimentos, geração de emprego e renda e sustentabilidade. Portanto, a agricultura camponesa está na base da pirâmide do sistema agrícola. Como veremos na figura 1, a seguir:

Figura 1. Representação das formas de agricultura.



Fonte: Ploeg (2009); Criação: autor/as do trabalho, 2022.

Daí surge o nosso primeiro questionamento: como a agricultura camponesa, estando na base da pirâmide, sendo tão relevante para a humanidade, pode ser considerada agricultura de subsistência? Só podemos entender que isto faz parte de uma articulação política e econômica que não tem interesse em evidenciar a potencialidade deste tipo de agricultura. Para isso, são capazes de excluí-las de debates importantes que possam fortalecê-las em direção à sua autonomia.

Este é o assunto da segunda tese defendida por Ploeg (2009). Ele destaca que a agricultura camponesa vive um embate constante para assegurar o seu direito de ser parte da vida dos(as) pequenos(as) agricultores(as) em consonância com a natureza. A principal luta travada em direção à sua autonomia está na autogestão dos recursos sociais e naturais, que podem ser geridos em regimes de coprodução de diferentes formas. Isto se reflete na ideia de autossustentabilidade, em que a produção que alimenta o(a) agricultor(a) também é comercializada em forma de excedente, e serve para ser usada em um novo ciclo de produção, sustentando, assim, a ideia de capital ecológico.

Na terceira tese de Ploeg (2009), ele defende que a luta pela autonomia da agricultura camponesa não é só pela autogestão dos recursos, mas também pelo desenvolvimento contínuo do capital ecológico, seu maior aliado nesse embate contra o império capitalista que transformou a agricultura em algo empresarial e em produção capitalista. O uso do capital ecológico como citado por Ploeg (2009, p. 20) torna a agricultura camponesa “menos dependente dos mercados para o acesso a insumos e a outros meios de produção”. Isto acaba por minimizar o impacto da crise mundial sobre este modo de agricultura, o que a torna menos vulnerável neste aspecto. Porém, agora, atravessa outras questões como: desapropriação de terras, dificuldades de escoação da produção, desvalorização do produto fruto da agricultura “primária”.

Abre-se aqui uma questão: como a agricultura camponesa pode manter-se autossustentável em condições adversas? Ploeg (2009), em sua quarta tese, traz algumas considerações importantes. Frente às condições adversas, a agricultura camponesa busca em primeiro lugar aumentar o seu valor agregado, com a diversificação de sua produção. Contudo, para isso, ela precisa de espaço (terra) e é aí, como já dissemos, o seu maior desafio, pois, apesar de ser a base da pirâmide do sistema agrícola, ela não conta com maior extensão de terra para a sua produção. Além da falta de terra, a agricultura camponesa sofre outras pressões, como: fragmentação dos espaços por motivo de herança, mudanças climáticas e usurpação da terra.

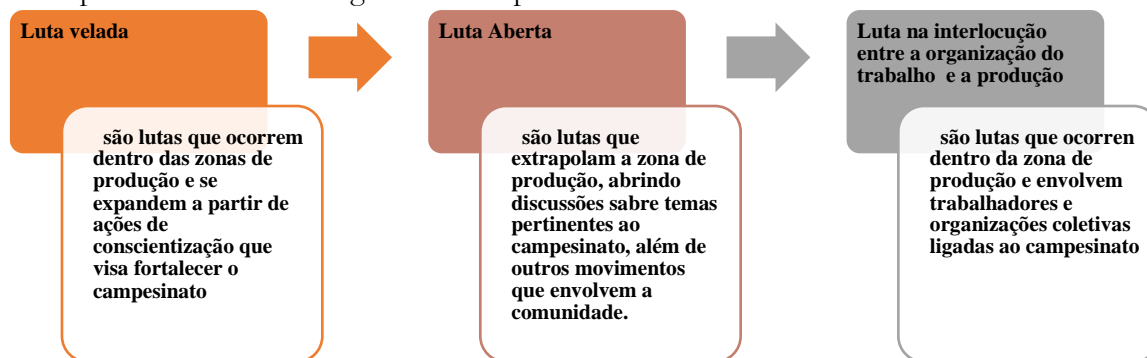
A quinta tese apresenta as consequências do mercado global e dos impérios alimentares sobre as questões agrícolas. Para Ploeg (2009), há o momento da crise parcial com a industrialização da agricultura e o momento da crise causada pela introdução do mercado global como ordenador de produção e comercialização agrícola. Neste modelo hegemônico de se pensar o sistema agrícola, em que o mercado agrícola e de alimentos tornou-se arena de disputa, não há espaço para a agricultura camponesa enquanto produtora de alimentos para o autoconsumo e para a comercialização de excedente.

E o hiato que encontramos entre o império alimentar e a agricultura camponesa está no baixo preço pago à produção primária e o preço pago pelo consumidor. No entanto, este hiato que afeta o campesinato, também representa a melhor resposta para este sistema. Partimos agora para sexta tese que aponta qual é a melhor resposta que o campesinato pode dar ao modelo hegemônico de agricultura capitalista. Para Ploeg (2009), é através dos atos de resistência que o campesinato pode se autoafirmar frente às condições adversas a eles imposta.

Em suma, a resistência reside na multiplicidade de reações (ou respostas ativamente construídas) que tiveram continuidade e/ou que foram criadas no intuito de confrontar os modos de ordenamento que atualmente dominam nossa sociedade.

A partir de Ploeg (2009), podemos citar três tipos de resistência, como vistas na figura 2, a seguir:

Figura 2. Tipos de resistências à agricultura empresarial.



Fonte: Ploeg (2009); Criação: autor/as do trabalho, 2022.

Os tipos de luta discutidos por Ploeg (2009) estão presentes no contexto da agricultura camponesa, a partir de ações realizadas por diferentes agentes que lidam direta ou indiretamente com esses contextos de produção. Nesse sentido, para Ploeg (2009), o reflorescimento da agroecologia pode ser considerado um ato de resistência na conjuntura atual. Por conta disso, a resistência camponesa é a principal força de produção de alimentos, que se desdobra em ações diversas, como destacado no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1. Ações do campesinato frente à crise agrária.

Os camponeses não desativam suas unidades de produção, pelo contrário aumentam a produção em quantidade e qualidade a partir do trabalho familiar;
Fortalecem a prática do capital ecológico;
Eles se engajam em lutas por arranjos institucionais que os auxiliem nas construções de redes que lhes proporcionem melhor preço, maior segurança e melhor acesso a recursos escassos;
Os camponeses procuram sempre que necessário “cinto de segurança” que lhe permitam continuar produzindo;
Agricultura camponesa fortalece o ecossistema local;
Fortalece o regime de coprodução;
Os camponeses exercitam a prática da conservação e proteção da natureza, pois os recursos são escassos;
Busca por um padrão poliprodutivo ou multifuncional, averbando contribuições possíveis para a sustentabilidade;
A agricultura camponesa tem alta capacidade de elaborar mecanismos de conservação que diferem das transações comerciais.

Fonte: Ploeg (2009); Criação: autor/as do trabalho, 2022

A partir das ações relacionadas à resistência da agricultura camponesa, percebe-se mais uma ação de sobrevivência do que de subsistência, uma vez que o campesinato é um grupo articulado, que busca superar os desafios que se apresentam diante do contexto hegemônico de produção capitalista, tendo sempre em vista a preservação e valorização da natureza e o fortalecimento da ideia de capital ecológico.

Dessa forma, o caminho para a valorização dos processos atrelados à produção para o autoconsumo parece aliar uma ciência engajada com a valorização e mediação entre saberes e o conhecimento produzido na pesquisa; a construção de meios de comercialização éticos, justos e solidários, sobretudo em circuitos curtos (pelo menos); propiciar instâncias de participação de entidades de representação e individual de

agricultores(as) familiares; possibilitar e incentivar as tecnologias sociais e o conhecimento local; e, dentre outras, estimular espaços de inovação para a juventude que vive ou deseja continuar a viver no campo.

É eminente e imanente que a produção para o autoconsumo colabora para a amenização da insegurança alimentar e que se coloca na frente do enfrentamento da pobreza rural. Assim, não dá para falar em agricultura de subsistência, mas de uma agricultura familiar camponesa, potencial e historicamente negligenciada. Se pensarmos que segundo a Constituição Federal, O Artigo 5º, em seu Inciso XXVI afirma que: “*a pequena propriedade rural, (...) desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento*”, encontramos a chave para entender que a tríade pretendida por Klaas Woortmann - terra-trabalho-família – não assimila a ideia de sub-existir.

A agricultura familiar camponesa possui nesta tríade, terra-trabalho-família, a formulação de táticas de sobrevivência onde imperam as relações com animais e vegetais, e mais que isso, com a natureza do ponto de vista de uma *biocultura*, do entendimento da sucessão e herança como estratégias formuladoras de sua cultura e de sua relação com o local; da compreensão das transformações dadas às sociedades contemporâneas (que inclui naturalmente o rural), o qual a multifuncionalidade e a pluriatividade são vividas e precisam ser percebidas e entendidas; do papel da valorização das consequências do difusionismo amparados em uma assistência técnica e extensão rural orientadas pelo capital industrial e financeiro; do enfrentamento dos desafios dados pela migração e pelo êxodo, frutos de processos de precarização do campo como espaço de vida; da formulação de estratégias de Estado que objetivem a manutenção dos povos do campo percebidos em seu potencial real e futuro de produção de alimentos (para si e para não agricultores/as); fomentar uma educação do campo que formule suas próprias estratégias de ensino e aprendizagem não subservientes com a urbanidade e o pensamento moderno-industrial ainda vigente; consubstancializar o campo como espaço de produção e reprodução da vida em suas diferentes facetas.

Se coloca ainda a reconhecer os níveis de autonomia e heteronomia das populações do campo, compreendendo seus processos históricos de adaptação e enfrentamento dos efeitos da urbanização no Brasil; estimular processos éticos, justos e solidários de relação entre agricultores(as) familiares camponeses(as) e consumidores(as); propiciar aos(as) consumidores(as) meios de acesso à reflexão sobre seu papel enquanto consumidor, sua relação direta (mesmo que desconhecida) com a produção agrícola destes(as) camponeses(as) e como pode se solidarizar ao enfrentamento das expropriações deste grupo, sobretudo no acesso ao mercado; estimular o protagonismo infantil e juvenil na formulação de projetos de vida que não aloquem o campo como lugar de fuga, mas de possibilidades; acompanhar o lugar e papel dos idosos na contemporaneidade, sobretudo na produção de renda (ou garantia dos meios de vida) e na produção/diálogo de saberes e práticas.

Trazer estas multirreferencialidades, evoca a necessidade de inserção nesta realidade, liberto de pré-noções ou predileções de interpretações. Esta população tem a capacidade genuína de se revelar e de se traduzir. Compreender a influência do pensamento urbanocêntrico sobre o passado, o presente e o futuro destas populações e refutá-la, além de um ato político, é reparatório. O cerceamento histórico destas populações a instâncias de debates, de formulação de políticas, do pensamento e criação científico, possuem consequências abissais, sobretudo a percepção hegemônica de que elas sub-existem.

Quando defendemos ou naturalizamos uma ideia (para além de uma hermenêutica) de subsistência, naturalizamos também a visão dada a estas populações, que são aquelas isoladas, atrasadas e sempre precarizadas. Ao olhar o horizonte sobre outras lentes, onde está uma população engajada, vivaz, multicultural, sábia e engenhosa, compreendemos que nosso olhar (aquele urbanocêntrico) não faz jus ao que a realidade apresenta: uma complexidade social e cultural que mais ensina do que podemos silenciar ou reificar determinismos.

A agricultura familiar camponesa que prioriza o autoconsumo (não é apenas um substitutivo para subsistência, mas uma constatação de que precisamos refletir sobre o que produzem e para quem) não se orienta a uma produção autocentrada. Ao observarmos as feiras, sobretudo superando a invisibilidade ocasionada pelos chamados atravessadores, estão lá, esta população que oferece, em certa medida, um processo de dádiva. Ao levarmos para casa aquilo que saiu de sua propriedade, estamos consumindo para além de algo extraído de uma natureza domesticada, estamos levando uma história de exclusão e de enfrentamento a esta exclusão.

Em nada reside neste fato, o conceito de “*abaixo da existência*”. Ali está exposto, até a olhares míopes, nas feiras livres e até nas gôndolas de supermercado, que há uma produção que nos alimenta. Esta produção é realizada não naquela paisagem idílica⁴ que povoa nosso imaginário, mas por uma organização social que faz sua própria gestão do tempo, que procura lidar com as redes de dependência causadas e sustentadas pelo capitalismo, que subverte o esperado e sobrevive às intempéries e que constrói, a partir de modos de vida solidamente construídos, uma “*outra forma de viver no mundo-da-vida*”.

BOX 3

4-Sobre esta reflexão indico o belíssimo texto de Flávio Sacco dos Anjos e Nádia Velleda Caldas de título: Da medida do rural ao rural sob medida: representações sociais em perspectiva, disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702014000200385&script=sci_arttext&lng=pt.

Não se trata de romantizar uma existência que hoje já enfrenta a violência (inclusive a relacionada ao tráfico de drogas, drogas, etc.), que ainda perduram os malefícios do machismo e da segregação de gênero, que ainda labuta por saneamento básico e condições dignas de vida, que ainda se percebem práticas utilitaristas ou individualistas. Toda esta conformação social e espacial se apresenta como desafios a serem enfrentados e superados, mas nenhum deles possibilita a construção do campo como espaço em desaparecimento ou que deve “*evoluir rumo ao urbano*”. Daí a nossa crítica à subsistência, pois parece que a

existência estaria circunscrita a dois parâmetros complementares: primeiro, a ‘*evolução*’ para uma agricultura mecanizada e amparada em insumos industriais; e, segundo, a uma urbanização completa, desaparecendo relações de pertencimento e de simbolismo com o rural sócio e historicamente construídos.

Algumas notas para reflexão

Diante das reflexões suscitadas ao longo do texto, queremos aqui problematizar algumas questões que podem contribuir para o debate sobre os temas discutidos, a agricultura de subsistência ou a camponesa.

Inicialmente, é importante reforçar como os termos carregam sentidos e são eivados de significados, sendo pertinente atentar para a compreensão que carrega e os desdobramentos que provocam. Nessa perspectiva, reforçamos a necessidade de atentar à ideia de subsistência, por trazer em si elementos que estigmatizam, descaracterizam e diminuem a importância da agricultura e do contexto sobre o qual ela fala, além de reforçar um imaginário que liga o/a agricultor/a ao atraso e à execução de atividades simples, retirando sua importância no contexto da produção agrícola.

Além disso, o termo subsistência se relaciona a uma ideia de abaixo da existência, o que nada tem a ver com a agricultura que se realiza com a intenção *primeira* de autoconsumo e na formulação subjacente de produção de renda. Além de trazer outras conotações que não ajudam na compreensão real dessa população camponesa, que, nesses termos, passa a ser vista como inferiorizada, sobre a qual direitos são negados e saberes não são reconhecidos, o termo reforça uma compreensão que não parece ter sido formulada por este grupo social. Vale salientar que isto acontece com a maioria da população camponesa do mundo, mesmo sendo, indispensável a sua contribuição para a produção de alimentos, para geração de emprego e de renda no contexto global (PLOEG, 2009).

Tendo isso em vista, entendemos ser salutar observar a proposta de uso do termo agricultura familiar camponesa, por deixar de carregar em sua difusão a ideia de “sub-existir”, além de trazer ao debate questões mais pertinentes sobre essa realidade, uma vez que quando nos referimos à agricultura camponesa, trazemos com ela características importantes, sinalizadas por Saquet (2014) com base em diferentes pensadores: possuem vínculo com a terra, construindo sentimento de pertencimento a um grupo e a um local; preocupam-se com a reprodução social e biológica familiar, sem atentar diretamente à acumulação de capital; promove uma íntima relação entre trabalho familiar e consumo da família; há um estímulo à cooperação; o domínio do trabalho é familiar, associado a relações de cooperação, compartilhamento de saberes e práticas; normalmente, são donos dos demais meios de produção, como instrumentos, insumos e máquinas; a jornada de trabalho varia de acordo com os períodos de plantio e colheita.

Desse modo, o uso do termo agricultura familiar camponesa amplia as concepções associadas a essa atividade, tirando a carga de negatividade e inferioridade que a subsistência carrega, e possibilitando, assim, uma visão mais apropriada diante da relevância do que se realiza nesses contextos de produção e reprodução

da vida camponesa. Nesse sentido, Saquet (2014) ainda complementa que os camponeses têm em sua essência uma relação pautada na ideia de cooperação e troca mercantil; afetividade, pertencimento e autonomia relativa, construídas através do diálogo entre o conhecimento de mercado e de luta de classe, consolidada no âmbito da família, em observância com as regras do Estado.

Corroborando, portanto, com a reflexão trazida por Ploeg (2009), quando enfatiza as teses sobre a agricultura camponesa, reforçando, através dos seus postulados, que a agricultura camponesa é parte relevante e indispensável da agricultura mundial, e que precisa ser valorizado para o enfrentamento dos dilemas atuais (PLOEG, 2009).

Toda essa reflexão culmina na ênfase sobre as possibilidades que a agricultura camponesa pode suscitar, uma vez que tensiona/tenciona diferentes debates que estão entranhados na ideia do campesinato e que vão muito além da ideia de subsistência. Portanto, não é apenas uma questão de nomenclatura em si, mas dos significados que ela carrega, de entender como esses significados, que emergem também da semântica, podem provocar visões, percepções e imaginários que geram conotações irreais da realidade e confusões de sentido, levando à necessidade premente de se repensar o uso do termo agricultura de subsistência em vista de provocar outros sentidos e reflexões sobre a agricultura, que é de base camponesa e familiar.

Tendo em vista tudo que foi discutido, esse debate ainda precisa ser ampliado e aprofundado, por meio de fóruns, projetos de pesquisa e extensão, articulação com as entidades representativas dos(as) agricultores(as), entre outros, especialmente no contexto atual em que a agricultura familiar camponesa vem sofrendo ataques concernentes ao direito à terra, às formas de circulação de seus excedentes, aos seus direitos mais básicos, sem contar as alterações naturais do ambiente, de ordem climática, que vem sendo alvo de discussões a nível mundial e que têm repercussão direta sobre essas atividades. Propomos então a substituição da ideia de uma agricultura de subsistência por uma agricultura de resistência, dinâmica, pujante e reinventada, própria de sua natureza resiliente.

A sugestão neste sentido é de problematizar a utilização de expressões que em nada explicam a realidade vivida, sobretudo aquelas que subalternizam e retroalimentam visões assentadas em ideias em que a prevalência do rural, recria o cenário de atraso e de recrudescimento em um dado momento e movimento histórico. Ademais, a investigação sobre estas estruturas de pensamento em suas consequências na realidade vivida e experienciada pelos povos do campo, quase sempre são construídas sem a sua escuta e dialogicidade, o que não inviabiliza outros movimentos críticos e horizontais nas desconstruções dessas cristalizações.

Neste sentido, uma orientação no sentido de ainda tornar pujante as temáticas das juventudes rurais, da infância no campo, da agroecologia como uma construção local e polissêmica, das articulações possíveis e sensíveis às políticas públicas e também na existência sem o acesso a elas, na recriação e co-criação de

processos inovadores e participativos e na valorização dos mecanismos simbólicos de preservação dos saberes e práticas, podem atualizar os debates.

O acesso e permanência dos sujeitos do campo em espaços de produção e divulgação da ciência são uma última defesa. Essas presenças catalisam potencialmente, a divulgação de um olhar e de uma pauta sensível e atual, construindo outra dinâmica aos resultados pretendidos e encontrados. Os povos do campo e a ciência não são variáveis que não combinam numa mesma equação. Para tanto, torna-se reparatório que a ciência e as instâncias onde ela se produz e reproduz (como universidades, institutos federais, centros de pesquisa, por exemplo), formulem estratégias legítimas para essa inserção. Não é apenas na resistência que se constrói a emancipação. É também na existência permitida pela presença, pela possibilidade de fala e escuta e de reformulação destes espaços de construção que se produz uma ciência popular e incluyente.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda. Da medida do rural ao rural sob medida: representações sociais em perspectiva. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.21, n.2, abr.-jun. 2014, p.385-402. Link: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702014000200002>
- CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**, v. 2, n. 1, p. 9-38, 2008. Link: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/ruris/article/view/661/528>
- CORREIA, Augusto Manuel. A agricultura familiar *versus* agricultura de subsistência no âmbito da segurança alimentar no espaço dos países da CPLP. “**Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Desafios e Perspectivas**”, págs. 119 – 133 pela Fundação Fio-Cruz e pelo Instituto de Higiene e Medicina Tropical no Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/10738/1/REP-Correia%20M.-A%20AGRICULTURA%20FAMILIAR.pdf>. Acessado em: 26 de novembro de 2021.
- FLORES, Aécio Witches; RIES, Leandro Reneu; ANTUNES, Luciano Medici. **Gestão rural**. Ed. dos autores, 2006.
- GRISA, Katia; SCHNEIDER, Sérgio. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia & Sociologia Rural**, Piracicaba, SP, vol. 46, nº 02, p. 481-515, abr/jun 2008 – Impressa em junho 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/resr/v46n2/v46n2a08.pdf>. Acessado em 11 de maio de 2020.
- GUIDANCE NOTE ON RECOVERY: LIVELIHOOD. Disponível em: https://www.unisdr.org/files/16771_16771guidancenoteonrecoveryliviho.pdf. Acesso em: 13 de novembro de 2021.
- OLIVEIRA, Francisco Aldenor da Silva. A agricultura de subsistência no município de Jacaraú/PB: sustentabilidade e problemas ambientais decorrentes. **Monografia apresentada ao curso de Geografia da Universidade do Estado da Paraíba**, Guarabira, Paraíba, 2006.
- PETERSEN, Paulo. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. **Agriculturas**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.
- PLOEG, Jan Douwe van der. **Sete teses sobre a agricultura camponesa**. 2009. Disponível em: <https://edepot.wur.nl/108071>. Acesso em: 19 de novembro de 2021.

SAQUET, Marcos Aurélio. Agricultura camponesa e práticas (agro)ecológicas: Abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional. *Mercator*, v. 13, n. 2, p. 125-143, mai./ago. 2014. Link: <https://doi.org/10.4215/RM2014.1302.0009>

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, outubro 2000: 87-145. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15>. Acesso em: 13 de novembro de 2021.

Informações do Artigo

Recebido em: 28/04/2022
Revisado em: 18/08/2022
Aceito em: 21/09/2022
Publicado em: 23/09/2022

Conflitos de Interesse: Os autores declaram não haver quaisquer conflitos de interesse referente a este artigo.

Contribuição dos autores:

Autores 1, 2 e 3 – Participação ativa na execução da pesquisa que deu origem ao artigo, desde a seleção do referencial teórico até a escrita e revisão do texto.

Como citar este artigo

Costa, D. S. da; Queiroz, E. S. de; Lima, R. S. S., (2022). As (im)pertinências da noção de uma agricultura de subsistência. *Revista Macambira*, 6(1), e061007. <https://doi.org/10.35642/rm.v6i1.691>

Licença:



Este trabalho está licenciado sob uma Licença Internacional Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International .

Article Information

Received on: 30/06/2022
Revised in: 18/08/2022
Accepted in: 21/09/2022
Published on: 23/09/2022

Conflict of Interest: No reported.

Authors' contribution:

Author 1 – Active participation in the execution of the research that gave rise to the article, from the selection of the theoretical framework to the writing and review of the text.

How to cite this article

Costa, D. S. da; Queiroz, E. S. de; Lima, R. S. S., (2022). The (im)pertinences of the notion of a subsistence agriculture. *Revista Macambira*, 6(1), e061007. <https://doi.org/10.35642/rm.v6i1.691>

License:



This work is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License.